

ATA Nº 29
12-11-2014

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente, João Manuel Casaca Português, realizou-se a vigésima nona reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores João Manuel Marques Cruz Nobre, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Margarida Caeiro Vasco e Sandra Maria Guerreiro Braz. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Divisão de Gestão Municipal, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

A Sr.ª Vereadora Sandra Braz fez uma breve resenha do trabalho efectuado durante a última quinzena. Referiu: -----

- A preparação da Rota de Receção à Comunidade Educativa que irá decorrer no próximo dia 26 de novembro; -----

- As reuniões com as Associações Culturais do concelho e a discussão dos respectivos Planos de Atividades, para 2015, para posteriormente se proceder à celebração dos protocolos. -----

A Sr.ª Vereadora Margarida Vasco questionou o ponto da situação relativamente à Piscina Municipal e a data de abertura da mesma. -----

O Vice-Presidente informou que a parte do teto já se encontra concluída, que já se iniciaram as pinturas, mas como ainda uma parte não está seca, vai demorar mais um pouco, estando prevista a abertura para o final deste mês. -----

BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2014: € 210 192,98. -----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS: -----

1 – SERVIÇOS FINANCEIROS – ALTERAÇÃO N.º 9 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E GOP'S PARA O ANO FINANCEIRO DE 2014. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 81/2014, dos Serviços Financeiros, enquadrando dentro do enumerado no ponto 8.3.1.5 (notas sobre o processo orçamental e respectiva execução do Dec-Lei n.º 54-A/99), a modificação ao orçamento e às GOP's. -----

Na alteração n.º 9 ao orçamento e GOP'S, as modificações no orçamento da despesa ocorreram para fazer face a despesa relacionada com ofertas de natal (filhos dos funcionários e de colaboradores), coimas, material de escritório, comunicações, deslocações e estadas, estudos e consultadoria, matérias-primas e subsidiárias, material de transporte-peças, encargos das instalações, conservação de bens, seguros e aquisição de bens e serviços diversos. A nível do pessoal foi reforçada a classificação relacionada com ajudas de custo, formação, encargos com a saúde e outros encargos com a saúde, horas extraordinárias. -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----

01 111 2002/1 ações 1 e 9- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de um servidor de ficheiros e de software; -----

01 111 2002/2- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de uma cadeira; -----

01 111 2004/18- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de 2 portáteis; -----

02 251 2002/44 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de colunas de som e de um amplificador; -----

03 331 2002/60 ação 1- O reforço ocorreu p/ fazer às obras de execução do muro na zona da linha férrea; -----

03 331 2002/61 ação 2- O reforço ocorreu p/ fazer face à cabimentação de trabalhos a mais da obra do caminho 1008; -----

03 331 2004/14- O reforço ocorreu p/ fazer à aquisição de floreiras e de bancos; -----

04 430 2002/75- O reforço ocorreu p/ fazer à aquisição de pavimento flutuante; -----

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificação (reforços) nos seguintes projetos: -----

01 111 2011/5002 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a futura despesa relacionada com o projeto; -----

02 2003/5001 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a futura despesa relacionada com o projeto; -----

02 211 2007/5004- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto; -----

02 212 2014/5009 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto, cabimentação da despesa relativa ao procedimento de aquisição de fruta escolar 1º ciclo; -----

02 232 2014/5002 ações 2e 3- O reforço ocorreu para fazer face a apoios às famílias relacionados com óculos e máquinas de lavar; -----

02 232 2014/5014 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com a candidatura CEI + (3 trabalhadores); -----

02 252 2002/5040 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a rectificação de classificação e para transferência de verbas; -----

03 341 2002/5050 ação 7- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o aluguer de stand's; -----

04 410 2002/5055- O reforço ocorreu para fazer face à amortização extraordinária de empréstimos relacionada com o aumento da receita de IMI resultante da avaliação geral da propriedade urbana. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, delibera aprovar a Alteração n.º 9 ao Orçamento e às GOP's para o ano económico de 2014. ----

Handwritten signatures and initials: "Hh.", "SB", "Pau", "for".

2 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA LUZERNA. SEMANA CULTURAL E DESPORTIVA. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇOS. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Foi presente à Câmara o despacho da Sr.ª Vereadora do Pelouro da Cultura que defere o pedido de cedência de espaços - o Auditório da Biblioteca, a Biblioteca e o Pavilhão de Exposições - formulado pela Associação Cultural e Desportiva Luzerna, para a realização da Semana Cultural e Desportiva, que decorrerá de 8 a 16 de novembro de 2014, bem como defere o pedido de emissão de licença especial de ruído para um baile no dia 14 de novembro de 2014, das 21,00 horas até às 4,00 horas do dia seguinte, e a isenção do pagamento de taxas, no valor de € 264,77, devidas com o licenciamento. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, delibera ratificar o despacho da Sr.ª Vereadora do pelouro da Cultura. -

3 – AMCAL – ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DO ALENTEJO CENTRAL. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DIRETIVO. MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015. -----

Foi presente à Câmara a circular n.º 26/2014 da AMCAL, notificando da deliberação tomada pelo Conselho Diretivo, na qual aprovou o Mapa de Pessoal para o ano de 2015 e a criação de uma nova Subunidade orgânica denominada "Estação de Transferência". -----

A Câmara tomou conhecimento e, por unanimidade, delibera submeter o assunto à aprovação da Assembleia Municipal. -----

4 – AMCAL – ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DO ALENTEJO CENTRAL. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DIRETIVO. CONTRIBUIÇÕES FIXAS MENSAS DOS MUNICIPIOS ASSOCIADOS PARA A AMCAL. -----

Foi presente à Câmara a circular n.º 27/2014 da AMCAL, notificando da deliberação tomada pelo Conselho Diretivo, na qual aprovou o montante mensal de 1 500,00 euros a transferir para a Associação, pelos municípios associados, no ano de 2015, de acordo com o n.º 2 do art.º 7.º e n.º 1, al. e), do art.º 16.º dos Estatutos. -----

A Câmara tomou conhecimento e, por unanimidade, delibera submeter o assunto à aprovação da Assembleia Municipal. -----

5 – AMCAL – ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DO ALENTEJO CENTRAL. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DIRETIVO. AFETAÇÃO DOS MUNICIPIOS ASSOCIADOS COM AS DESPESAS DO PESSOAL DA AMCAL. -----

Foi presente à Câmara a circular n.º 28/2014 da AMCAL, notificando da deliberação tomada pelo Conselho Diretivo, na qual aprovou a proposta de afetação das despesas com pessoal aos municípios associados, para o ano de 2015, de acordo com o n.º 3 e n.º 5 do art.º 31 dos Estatutos e art.º 22.º da Lei n.º 45/2008, imputando ao município de Cuba o valor de 58 057,00 euros, (19,14% de um total de 303 318,00 euros), valor calculado em função de uma população de 4878 habitantes. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "SB" and "H.H."

A Câmara tomou conhecimento e, por unanimidade, delibera submeter o assunto à aprovação da Assembleia Municipal. -----

6 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – 1.º CICLO – ANO LETIVO 2014/2015 – APRECIÇÃO DE CANDIDATURA (FORA DO PRAZO) PARA APOIO EM CANTINA ESCOLAR E MATERIAIS/LIVROS ESCOLARES. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 40/2014, do serviço de Ação Educativa, através da qual é dado conhecimento de um pedido de apoio, para auxílios económicos em cantina escolar e materiais escolares, para o aluno João Carlos da Silva Amaro, a frequentar o 1.º ciclo no polo escolar de Faro do Alentejo, embora fora do prazo regulamentado para a receção das candidaturas. -----

De acordo com a informação trata-se de um aluno pertencente a um agregado familiar com baixos rendimentos económicos, integrado no 2.º escalão de rendimentos determinados para efeitos de atribuição do abono de família. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em matéria de Ação Social Escolar - Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico no que respeita a alimentação a estudantes – Ano letivo 2014/2015, delibera considerar a candidatura apesar da sua apresentação extemporânea. -----

7 - NATÁLIA TERESA PARREIRA FIALHO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE RENDAS DE HABITAÇÃO SOCIAL, EM PRESTAÇÕES. -----

Solicita a Sr.ª Natália Teresa Parreira Fialho, na qualidade de arrendatária do prédio urbano sito no Largo dos Jasmins, n.º 3, em Cuba, autorização para efetuar o pagamento das rendas que se encontram em falta, no valor total de € 194,00, em prestações mensais de € 20,00 cada uma, alegando razões de ordem económica. -----

De acordo com a informação n.º 238/2014, da Subunidade Administrativa, a arrendatária deixou de beneficiar, desde julho, dos apoios sociais atribuídos pelo município e consequentemente da redução de 50% no pagamento das rendas de habitação, pelo se encontra em falta 50% do valor das rendas de julho, agosto, setembro e outubro de 2014, no valor total de € 194,00. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na citada informação delibera atender a pretensão da requerente. -----

8 - ARNALDO MARIA GUERREIRO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE RENDAS DE HABITAÇÃO SOCIAL, EM PRESTAÇÕES. -----

Solicita o Sr. Arnaldo Maria Guerreiro, na qualidade de arrendatário do prédio urbano sito na Rua António Maria Ildefonso, 8, em Cuba, autorização para efetuar o pagamento da renda que se encontram em falta, no valor total de € 39,50, em 4 prestações mensais, alegando razões de ordem económica. -----

De acordo com a informação n.º 239/2014, da Subunidade Administrativa, o arrendatário deixou de beneficiar dos apoios sociais atribuídos pelo município e, consequentemente, da redução de 50% no pagamento das rendas de habitação, pelo que se encontra em falta, 50% do valor da renda de setembro de 2014, num total de € 39,50. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na citada informação delibera atender a pretensão do requerente. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "SR." and several illegible signatures.

9 - APOIOS SOCIAIS. MANUELA FRANCISCA PIRES MANHITA. PEDIDO DE REDUÇÃO DE 50% EM RENDA HABITACIONAL E ÁGUA. -----

Solicita a Sr.ª Manuela Francisca Pires Manhita apoio social para a renda da casa e consumo de água, dado que neste momento se encontra desempregada não auferindo qualquer tipo de rendimentos. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 65/2014 do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo a que a requerente preenche os requisitos, para que lhe seja atribuída a isenção de 50% do valor da renda que paga atualmente, delibera atender a pretensão. -----

Mais delibera, também por unanimidade, considerar a redução no pagamento da água e saneamento básico, até ao próximo mês de janeiro, altura em que se cobra o consumo do mês de dezembro, e propor à requerente que posteriormente proceda à sua inscrição nos apoios sociais para 2015. -----

10 - APOIOS SOCIAIS. MARIANA BEIÇUDO - PEDIDO DE APOIO PARA MEDICAMENTOS.-----

Solicita a Sr.ª Mariana Beiçudo, a concessão de apoio para a aquisição de medicamentos dado que a validade do Cartão Social, ao nível dos medicamentos, terminou no dia 31/10/2014. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 68/2014 do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo a que este agregado familiar se encontra numa situação de carência económica, que se trata de medicamentos crónicos, delibera atender o pedido da requerente concedendo o apoio de € 46,97, valor que a mesma teria de pagar até final do ano. -----

11 - APOIOS SOCIAIS. MANUEL ANTÓNIO ASSUNÇÃO ADRIANO - PEDIDO DE APOIO PARA ÓCULOS". -----

Solicita o Senhor Manuel António Assunção Adriano a concessão de um apoio para compra de uns óculos para a sua filha Marisa da Conceição Letras Assunção, estudante, de 14 anos de idade, que tem astigmatismo. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 67/2014 do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo a que a este agregado familiar preenche os requisitos para poder ser apoiado, delibera atender a pretensão concedendo um apoio para aquisição dos óculos, no valor de € 203,00. -----

12 - APOIOS SOCIAIS - JACLINE DOS SANTOS LIMA COSTA. PEDIDO DE APOIO PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICO" -----

Solicita a Senhora Jacline dos Santos Lima Costa, a possibilidade de lhe poder ser concedido um apoio para aquisição de uma máquina de lavar roupa para a habitação que, com a colaboração da Câmara, conseguiu arrendar na Rua da Fonte, n.º 14, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 58/2014 do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo a que a requerente é utente de RSI (Rendimento Social de Inserção), auferindo € 285,00/mês, e não tem condições para poder comprar a máquina no valor de € 276,00 e ao mesmo tempo pagar a renda de casa no valor de

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

200,00€, mensais, delibera atender a pretensão concedendo o apoio solicitado. -----

13 - APOIOS SOCIAIS. ANA ISABEL CALHORDO. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 57/2014, do Serviço de Ação Social e Saúde, dando conta do pedido feito pela Segurança Social e pela Junta de Freguesia de Vila Ruiva para que fossem aferidas as condições de habitabilidade da habitação da Sr.ª Ana Isabel Calhordo e das diligências efetuadas nesse sentido. -----

Verificou-se que o telhado da cozinha se encontra em estado degradado e que nenhum dos eletrodomésticos funciona. Para além disso a fechadura da porta da rua encontrava-se danificada e o vidro partido, tendo sido de imediato encaminhada para o Projeto “SOS-Cuba Repara”. -----

A Sr.ª Ana Calhordo não apresenta quaisquer rendimentos, e requereu Rendimento Social de Inserção, encontrando-se na presente data a aguardar deferimento do mesmo. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na referida informação, atendendo a que este agregado familiar preenche os requisitos para poder ser apoiado, e sendo a máquina de lavar roupa o eletrodoméstico mais prioritário, delibera conceder um apoio para a sua aquisição no valor de € 276,00. -----

14 - GISELA RAMALHO ESPERANÇA FILIPE – PEDIDO DE CERTIDÃO – ENQUADRAMENTO EM PDM – ARRANQUE DE 20 OLIVEIRAS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que defere o pedido formulado pela Sr.ª Gisela Ramalho Esperança Filipe, com vista à emissão de certidão comprovativa de que o arranque de 20 oliveiras, no prédio rústico Art.º 408, secção L, da freguesia de Cuba, não contraria o disposto no PDM. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: “Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara certificando que o arranque pretendido não contraria o disposto no PDM uma vez que, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o prédio inserido em Áreas com Aptidão Agrícola Dominante e de acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo plano, o mesmo interfere com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional), devendo, porém o requerente, nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 120/86 de 28 de maio, diligenciar junto da Direção Regional de Agricultura, a obtenção da respetiva autorização. -----

15 - GISELA RAMALHO ESPERANÇA FILIPE – PEDIDO DE CERTIDÃO – ENQUADRAMENTO EM PDM – ARRANQUE DE 10 OLIVEIRAS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que defere o pedido formulado pela Sr.ª Gisela Ramalho Esperança Filipe, com vista à emissão de certidão comprovativa de que o arranque de 10 oliveiras, no prédio rústico Art.º 386, secção L, da freguesia de Cuba, não contraria o disposto no PDM. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: “Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por

motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara certificando que o arranque pretendido não contraria o disposto no PDM uma vez que, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o prédio inserido em Áreas com Aptidão Agrícola Dominante e de acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo plano, o mesmo interfere com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional), devendo, porém o requerente, nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 120/86 de 28 de maio, diligenciar junto da Direção Regional de Agricultura, a obtenção da respetiva autorização. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

16 - GISELA RAMALHO ESPERANÇA FILIPE – PEDIDO DE CERTIDÃO – ENQUADRAMENTO EM PDM – ARRANQUE DE 40 OLIVEIRAS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que defere o pedido formulado pela Sr.ª Gisela Ramalho Esperança Filipe, com vista à emissão de certidão comprovativa de que o arranque de 10 oliveiras, no prédio rústico Art.º 406, secção L, da freguesia de Cuba, não contraria o disposto no PDM. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: “Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara certificando que o arranque pretendido não contraria o disposto no PDM uma vez que, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o prédio inserido em Áreas com Aptidão Agrícola Dominante e de acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo plano, o mesmo interfere com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional), devendo, porém o requerente, nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 120/86 de 28 de maio, diligenciar junto da Direção Regional de Agricultura, a obtenção da respetiva autorização. -----

17 - GISELA RAMALHO ESPERANÇA FILIPE – PEDIDO DE CERTIDÃO – ENQUADRAMENTO EM PDM – ARRANQUE DE 30 OLIVEIRAS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que defere o pedido formulado pela Sr.ª Gisela Ramalho Esperança Filipe, com vista à emissão de certidão comprovativa de que o arranque de 30 oliveiras, no prédio rústico Art.º 407, secção L, da freguesia de Cuba, não contraria o disposto no PDM. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: “Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara certificando que o arranque pretendido não contraria o disposto no PDM uma vez que, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o prédio inserido em Áreas com Aptidão Agrícola Dominante e de acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo

plano, o mesmo interfere com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional), devendo, porém o requerente, nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 120/86 de 28 de maio, diligenciar junto da Direção Regional de Agricultura, a obtenção da respetiva autorização. -----

18 - JOSÉ ANTÓNIO CARDOSO MANZACA – PEDIDO DE CERTIDÃO – ENQUADRAMENTO EM PDM – ARRANQUE DE 70 OLIVEIRAS. -----

Solicita o Sr. José António Cardoso Manzaca a emissão de certidão comprovativa de que o arranque de 70 oliveiras, no prédio rústico Art.º 364, secção K, da freguesia de Cuba, não contraria o disposto no PDM. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 2252/2014, dos Serviços de Urbanismo, delibera certificar que o arranque pretendido não contraria o disposto no PDM uma vez que, de acordo com a Planta de Ordenamento, se verifica estar o prédio inserido em Áreas com Aptidão Agrícola Dominante e de acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo plano, o mesmo interfere com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional), devendo, porém o requerente, nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 120/86 de 28 de maio, diligenciar junto da Direção Regional de Agricultura, a obtenção da respetiva autorização. -----

19 - REGULAMENTO MUNICIPAL DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA DO CONCELHO DE CUBA – PROJETO DE ALTERAÇÃO - CRIAÇÃO DA “TARIFA FAMILIAR”. -----

O Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento Público de Água do Concelho de Cuba, em cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto, e após parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (doravante ERSAR), foi aprovado pela Câmara Municipal em 20 de junho de 2012, e pela Assembleia Municipal em 28 de junho desse mesmo ano, tendo sido publicado no *Diário da República*, II Série, nº 134, de 15/07/2014 (Regulamento nº 307/2014). -----

Todavia, não obstante a Recomendação Tarifária vertida na Recomendação nº 1/2009, da ERSAR, bem como da recomendação inserta no parecer dessa entidade aquando da apreciação da proposta de regulamento *sub judice*, não foi criado o tarifário especial destinado aos utilizadores finais domésticos cuja composição do agregado familiar ultrapasse 5 elementos – o designado “Tarifário familiar”. Foi sugerido o acrescento ao art.º 69.º de mais um número com a seguinte redação: “O tarifário familiar consiste no alargamento dos escalões de consumo em 3 m³ por cada escalão, relativamente ao tarifário normal, nos dois primeiros escalões, por cada membro do agregado familiar que ultrapasse os cinco elementos”. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 84/2014, do SAJAI, delibera aprovar o presente projeto de alteração ao Regulamento e remeter o mesmo para aprovação por parte da Assembleia Municipal. Em caso de aprovação por parte do Órgão Deliberativo será solicitado parecer à ERSAR e remessa do projeto da alteração para discussão pública por um período de 30 dias. -----

20 - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO. OS CONTRATO DE EXECUÇÃO – METODOLOGIA E DIREITO APLICÁVEL. OS MOTIVOS DE FACTO E DE DIREITO PARA A DENÚNCIA DO CONTRATO DE

H-1'SB.
[Handwritten signatures]

EXECUÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CUBA. A PORTARIA N.º 1049-A/2008, DE 16 DE SETEMBRO SOBRE O RATIO DE PESSOAL NÃO DOCENTE DO ENSINO PÚBLICO. A APLICAÇÃO DA PORTARIA N.º 1049-A/2008 AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CUBA. -----

Com o intuito de tentar clarificar de vez aquilo que supostamente há muito o deveria estar, atento o prazo já decorrido desde a data em que a Câmara Municipal de Cuba tomou uma posição sobre a temática dos contratos de execução com o Ministério da Educação – 29 de junho de 2010 – elabora-se a presente informação, onde é apresentada uma resenha cronológica dos factos relevantes e depois é efetuado o seu enquadramento jurídico. -----

Ressalva-se no entanto que o que em baixo se explanará é de conhecimento formal de todos participantes neste processo, isto é, Município de Cuba, Secretaria de Estado da Educação, DGEstE/Alentejo e Agrupamento de Escolas de Cuba, razão pela qual o fundamento desta informação assenta na necessidade do atual executivo camarário conhecer em detalhe cada um dos passos do procedimento e, ao mesmo tempo, disso dar também conhecimento formal ao Conselho Municipal de Educação, que tem reunião agendada para o próximo dia 17 de novembro. -----

Apresentam-se pois, por ordem cronológica, os factos considerados relevantes e os motivos inerentes que levaram à denúncia do contrato em cima citado: -----

1.º - Em 28 de julho de 2008 é publicado o Decreto-Lei n.º 144/2008, diploma que veio possibilitar a celebração de contratos de execução entre o Ministério da Educação e os Municípios, no que concerne a diversas matérias, entre as quais a gestão do Pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar, bem como a gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos; Vide doc. n.º 1 -----

1.1.º - Registam-se como factos que, muito antes da entrada em vigor deste diploma, já eram atribuições da autarquia o recrutamento do pessoal não docente do pré-escolar, bem como a gestão do Parque Escolar no pré-escolar e 1.º ciclo, situação que se manteve com a denúncia do contrato sub judice; -----

2.º - Em 15 de setembro de 2008 realizou-se uma reunião extraordinário do Órgão Executivo da Câmara Municipal onde foi aprovada, por maioria, a minuta do contrato a celebrar cujo anexo I foi diferente daquele que veio a ser outorgado, atento que nessa altura não era conhecida a norma legal que viria a definir os ratios para o pessoal não docente; Vide doc. n.º 2 -----

3.º - Em 16 de setembro de 2008 tem lugar a cerimónia pública onde é celebrado entre a Ministra da Educação à época e o Presidente da Câmara Municipal de Cuba em funções naquela data, a transferência de competências em matéria de Educação - através de contrato - no que concerne às seguintes matérias: -----

a) Pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar; -----

b) Actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico; -----

c) Gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. Vide doc. n.º 3 -----

3.1.º - Regista-se que, na altura, apenas foi outorgado pelas partes o texto inicial, sendo que os anexos foram remetidos para outorga em momento bastante posterior;

4.º - Curiosamente, ou talvez não, nesse mesmo dia 16 de setembro é publicada a Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de setembro, onde foram definidos os ratios do pessoal não docente necessário ao funcionamento de cada Agrupamento de Escolas, valores que viriam a ser insertos no contrato de execução; Vide doc. n.º 4 -----

4.1.º - Dessa portaria resultava que o Agrupamento de Escolas de Cuba detinha à data do contrato 35 Auxiliares de Ação Educativa e 6 Administrativos e para o seu funcionamento necessitava apenas de 24 Auxiliares de Ação Educativa e 6 Administrativos. Regista-se que no decurso da execução do contrato quer a autarquia quer a direção da escola fizeram chegar a todas as entidades competentes a incongruência desses ratios quando aplicados especificamente ao Agrupamento de Escolas de Cuba. A ausência absoluta de qualquer resposta foi um dos motivos da denúncia; -----

5.º - Apenas em 27 de julho de 2009, portanto quase um ano depois, é que o Contrato de Execução é publicado em Diário da República, na 2.ª série, n.º 143; Vide doc. n.º 5

6.º - Em 29 de dezembro de 2008, portanto após um trimestre de execução do contrato, desde logo se constatou a necessidade de, em sede contratual, rever algumas das premissas do acordo sob pena de ser posta em causa a sua exequibilidade. Nessa altura teve lugar uma reunião de trabalho na sede da Direção Regional, em Évora, com a presença de representantes políticos e técnicos do Município de Cuba, bem como do Diretor Regional da Educação à época e de membros da equipa técnica daquele organismo e ainda em representação do Agrupamento de Escolas de Cuba, o seu Diretor; -----

7.º - Em 24 de julho de 2009, decorrido um ano sobre o início do contrato, em articulação com a direção do agrupamento de escolas estavam identificadas algumas incongruências na execução do contrato, com especial relevo para a insuficiência do ratio de pessoal e para a escassa verba para a gestão do parque escolar, temas que haviam sido abordados com quem de direito visando a sua alteração, em dezembro do ano transato, mas que até à data não tinham obtido qualquer tipo de resposta formal. Nesse sentido foi remetido o ofício com a referência EGE/000578, datado de 24/06/2009, dirigido ao então Diretor Regional de Educação do Alentejo a realçar a necessidade de obtenção de uma resposta elencando por escrito, de forma, detalhada as questões que o município queria ver clarificadas; Vide doc. n.º 6 -----

8.º - Em 11 de novembro de 2009, decorridos mais de 90 dias sem qualquer resposta à missiva referida em 7.º, voltou a insistir-se na necessidade de uma resposta mediante ofício remetido com a referência EGE/001194, datado de 12/11/2009, onde pela primeira vez se equacionou a possibilidade de denúncia do referido contrato se a ausência absoluta de posição sobre a matéria por parte dos representantes do ME persistisse. Vide doc. n.º 7 -----

9.º - Por se ter vislumbrado que a nível regional a situação não seria clarificada, quinze dias depois, a 24 de novembro de 2009, entendeu colocar-se a problemática a instâncias superiores tendo sido remetido ao Sr. Secretário de Estado da Educação o ofício com a referência EGE/001221, datado de 24/11/2009, onde se alertou para a completa ausência de resposta às solicitações aqui enunciadas nos pontos 6.º, 7.º e 8.º desta informação. Junto do Sr. Secretário de Estado da Educação voltou a reforçar-se a possibilidade de denúncia do contrato ou mesmo a sua resolução unilateral se as dúvidas que estavam a ser apresentadas há quase um ano continuassem a não ser dissipadas; Vide doc. n.º 8 -----

10.º - A autarquia continuou sem obter qualquer tipo de esclarecimento às questões suscitadas, tendo-se concluído que o assunto iria arrastar-se por tempo indeterminado. Face a este cenário passou a ser efetuado o estudo inerente à cessação dos efeitos do vínculo sempre assente na premissa de que estávamos no

H. SB.
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

âmbito de uma ação contratual e não de uma competência ou atribuição que resultasse “ope legis”, isto é, por força da lei. -----

10.1.º - Analisadas as vicissitudes do incumprimento à data equacionaram-se duas possibilidades: -----

Resolução Unilateral por incumprimento contratual por parte do Ministério da Educação ou denúncia, isto é, manifestação expressa por parte de um dos outorgantes da vontade de não renovar o vínculo que os liga, recorda-se que por força do disposto no Dec. Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, os contratos têm uma duração anual e devem ser celebrados até junho do ano letivo anterior àquele a que respeitam, depreendendo-se do silêncio das partes, a sua renovação automática por período idêntico. No entanto, esta questão será melhor detalhada na abordagem ao direito aplicado, em momento posterior desta informação; -----

11.º - Em 29 de junho de 2010 concretizou-se a pretensão enunciada no ponto 10.º tendo o contrato sido denunciado com efeitos a 01 de setembro de 2010, cessando a sua validade em 31 de agosto de 2010 data correspondente ao final do ano letivo 2009/2010 e evitando a sua renovação automática para o ano letivo 2010/2011. -----

Essa denúncia resultou de deliberação, tomada por unanimidade, em reunião de câmara extraordinária que teve lugar nesse mesmo dia. Vide doc. n.º 9 -----

12.º - Essa denúncia foi atempadamente notificada a todas as partes envolvidas, nomeadamente o Secretário de Estado da Educação, através do ofício com a referência EGE/000661, datado de 30/06/2010, bem como à DGEstE, à data Direção Regional, neste caso através do ofício com a referência EGE/000663, de 01/07/2010, e ainda ao Diretor do Agrupamento de Escolas de Cuba, através do ofício com a referência EGE/000662, datado de 01/07/2010; Vide doc. n.º 10 -----

13.º - Para que se constate que a posição do Município de Cuba tinha, e tem, a sua consistência, posição que até hoje nunca foi rebatida por quem de direito, não obstante terem passado mais de quatro anos da respetiva notificação, regista-se que a própria ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses em 27 de abril de 2011 vem exortar os municípios a não subscreverem novos contratos, recomendando aos municípios que outorgaram tal contrato que se procedesse a uma séria avaliação da situação com vista à sua eventual denúncia; Vide doc. n.º 11 -----

13.1º - Com a entrada em funções da atual Delegada Regional foi argumentado por parte daquele organismo que não tinha conhecimento formal da denúncia, que em sede de arquivos não encontravam qualquer documentação, isto não obstante toda a nossa correspondência em cima enunciada ter sido sempre enviada com Aviso de receção. -----

Visando ultrapassar esse obstáculo em 23 de fevereiro de 2012 realizou-se uma reunião de trabalho na Câmara Municipal, com representantes da autarquia, da Direção Regional, através da própria diretora, atual delegada regional, e ainda o diretor do agrupamento de escolas de Cuba, Prof.º Germano Bagão. As conclusões da reunião foram vertidas num memorando que era acompanhado com toda a documentação conexa, quase toda aqui agora apresentada. Após inúmeros esforços e várias falhas na caixa de correio eletrónico do destinatário conseguimos no dia 04 de maio de 2012 garantir que aquele organismo rececionou o memorando e respetiva documentação conexa. Vide doc. n.º 12 -----

14.º - À cautela, e sem prescindir, realça-se ainda o facto de em 06 de maio de 2014 o Município de Cuba ter procedido à publicitação em Diário da República, na 2.ª série,

n.º 86, da denúncia sub judice, para que à posteriori não fosse utilizado o argumento de que mesmo sendo um ato validade, estava ferido no que concerne à sua eficácia dado que o contrato inicial foi publicitado com este formalismo e a denúncia não o havia sido. Vide doc. n.º 13. -----

15.º - A título final, e porque está evidente que a questão do pessoal, o número de trabalhadores não docentes afetos ao Agrupamento de Escolas de Cuba, a forma como os ratios foram definidos, as especificidades do agrupamento, são um dos pilares que tornaram insustentável manutenção do contrato de execução, apresentam-se para análise e reflexão dos dados sobre esta matéria reportados a 30 de outubro de 2014. --

15.1.º - No mapa em anexo, que designámos como doc. n.º 14, é apresentado o pessoal não docente afeto ao agrupamento de escolas que comporta quatro estabelecimentos de ensino, a saber: -----

- Cuba, com pré-escolar – 67 alunos, primeiro ciclo – 148 alunos, e ensino básico – 207 alunos, num total de 422 alunos; -----

- Faro, com pré-escolar – 11 alunos e primeiro ciclo – 21 alunos, num total de 32 alunos; -----

- Vila Alva, com pré-escolar – 5 alunos e primeiro ciclo – 14 alunos, num total de 19 alunos; -----

- Vila Ruiva, com pré-escolar num total de 10 alunos. -----

Para esta quantidade de alunos e infra-estruturas a escola dispõe, com comparticipação para remunerações por parte do IJFME, de um total de 33 trabalhadores não docentes, dos quais 6 Assistentes Técnicos (Administrativos) e 27 Assistentes Operacionais (Auxiliares de Ação Educativa). -----

15.1.1.º - Regista-se à data da presente informação um decréscimo considerável nos Auxiliares de Ação Educativa, menos 8, constatando-se que aquando da celebração do contrato de execução os mesmos perfaziam 35. No entanto, com a obrigatoriedade da redução da comparticipação nas remunerações até se atingirem os 24 Auxiliares, número considerado o correto e adequado pela Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de setembro, para o Agrupamento de Escolas de Cuba; -----

15.2.º - Para que a situação fique devidamente clarificada importa perceber qual a responsabilidade e competências da autarquia nesta matéria. Da aplicação dos normativos legais em vigor regista-se que cabe aos municípios assegurar o pessoal não docente no ensino pré-escolar, competindo depois ao Ministério da Educação o 1.º, 2.º e 3.º ciclo. -----

15.2.1.º - Se procedermos a uma aplicação literal dos ratios definidos na portaria em cima enunciada, chegamos aos seguintes resultados: Cabe à Câmara Municipal garantir a existência de dois auxiliares em Cuba, um auxiliar em Faro, um auxiliar em Vila Alva, e um em Vila Ruiva, num total de cinco auxiliares. À data da presente informação a autarquia tem afetos ao Agrupamento de Escolas um total de onze auxiliares, independente do vínculo laboral, a que ainda acrescem mais cinco técnicos para as Atividades de Animação e Apoio à Família, vulgarmente designadas por AAAF, e destinadas ao pré-escolar e para a Componente de Apoio à Família vulgarmente designadas por AAAF e destinadas ao pré-escolar e para a Componente de Apoio à Família destinadas ao 1.º ciclo. Vide Doc. n.º 15. -----

Concluída a matéria de facto, importará agora explanar as razões de direito, que sustentarão a posição adoptada e que, decorridos mais de quatro anos, nunca chegou a ser contestada. -----

H. M. S. B.
[Handwritten signatures and initials]

Regista-se desde logo que, não obstante aquando da deliberação de denúncia, a matéria ser muito pouco debatida, posteriormente várias foram as autarquias que seguiram o mesmo caminho, tendo a própria ANMP, conforme em cima se mencionou recomendado esse rumo. -----

A título preliminar importa assimilar que a prossecução das políticas públicas podem ser confiadas a órgãos da Administração Central, através dos respetivos ministérios, direcções gerais e regionais, bem como aos serviços desconcentrados, mas podem também sê-lo a entidades dotadas de autonomia administrativa e financeira como o são as regiões autónomas e os municípios. -----

Cabe depois ao legislador, seja ele a Assembleia da República, seja ele o Governo, através do Conselho de Ministros, determinar quais as atribuições e competências que são cometidas a cada uma das esferas do poder público mediante diplomas legais. -----

Nesta óptica, e no que ao poder local diz respeito, é designado por descentralização a transferência de competências que anteriormente eram do poder central e que depois o legislador entendeu estarem melhor asseguradas se desenvolvidas pelo poder local. -----

Em regra essa descentralização é imperativa e universal, isto é, ocorre, por vezes, independentemente da vontade ou não de aceitação por parte dos destinatários, e tem como âmbito de abrangência todas as pessoas jurídicas coletivas da mesma natureza. -----

Um exemplo prático desta possibilidade foi a transferência de competências efetuada para as autarquias em matéria de ordenamento do território, competindo hoje às Assembleias Municipais matérias que antes eram da responsabilidade do governo. ---

Acontece porém que no Dec. Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, optou-se por uma metodologia completamente distinta e ao intérprete da lei, bem como ao seu aplicador cabe descortinar qual a “ratio legis”, isto é, qual a intenção do legislador ao agir de determinado modo. -----

Deste modo, o legislador no n.º 1 do art.º 2.º do diploma em análise estipulou que:

Artigo 2.º

Âmbito

1 — São transferidas para os municípios as atribuições e competências em matéria de educação nas seguintes áreas:

- a) Pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar;*
- b) Componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar;*
- c) Actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico;*
- d) Gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;*
- e) Acção social escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;*
- f) Transportes escolares relativos ao 3.º ciclo do ensino básico.*

No entanto, e aqui a diferença faz toda a relevância, o legislador não consubstanciou uma ação “ope legis”, isto é, por força da lei não criou um regime imperativo, antes pelo contrário, deixou a discricionariedade de ação aos diversos autores a título individual e autónomo, permitindo que essas transferências de competências apenas ocorressem por vontade de ambas as partes, ou seja por contrato, e dessa forma redigiu o n.º 2 do mesmo artigo da seguinte forma: -----

2 — A transferência de atribuições e competências a que se referem as alíneas a), c) e d) do número anterior depende da existência de carta educativa e da celebração de contratos de execução por cada município, nos termos do presente decreto-lei.

Ora, tendo o legislador usado a figura do contrato para essa transferência não pode agora o aplicador da lei ignorar tal instituto jurídico e as consequências que o mesmo tem no ordenamento jurídico. -----

Um contrato é um acordo de vontades, produz direitos e deveres para ambas as partes, daí a sua vertente sinalagmática, e ao mesmo tempo legitima as partes, quando não satisfeitas com a evolução do mesmo a poder lançar mão dos mecanismos legais ao seu alcance para fazer cessar os seus efeitos, se não mais, pelo menos para o futuro. -----

Por outro lado, e em defesa da tese da voluntariedade da presença das partes no contrato, o próprio legislador atribui ao mesmo carácter anual, senão atentemos no art.º 12.º do diploma jurídico em análise, onde é estipulado: -----

Artigo 12.º

Contratos de execução

1 — As condições de transferências das atribuições a que se referem as alíneas a), c) e d) do n.º 1 do artigo 2.º são definidas em contratos de execução a celebrar entre o Ministério da Educação e os municípios, contendo cláusulas obrigatórias relativas:

- a) Identificação das entidades outorgantes;
- b) Transferência para os municípios dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros associados ao desempenho das competências previstas no presente decreto -lei;
- c) Os direitos e obrigações das partes contratantes;
- d) A definição dos instrumentos financeiros utilizáveis;
- e) A forma de acompanhamento e controlo da execução do contrato por parte do Ministério da Educação;
- f) As consequências resultantes do incumprimento de qualquer das partes contratantes.

2 — Os contratos de execução devem ser celebrados até Junho do ano lectivo anterior aquele a que respeitam.

3 — O incumprimento das obrigações previstas neste artigo determina a retenção do duodécimo das transferências do fundo social municipal em valor correspondente, até à regularização da situação.

4 — Nos casos em que o município não realize despesa elegível de montante pelo menos igual às transferências financeiras consignadas a um fim específico, efectuadas nos termos do presente decreto-lei, no ano subsequente é deduzida à verba a que teria direito ao abrigo do fundo social municipal a diferença entre a receita de este e a despesa correspondente.

5 — Nos casos em que o município não assegure o exercício das atribuições transferidas nos termos do presente decreto-lei, pode o Ministério da Educação assegurar, a título supletivo, as referidas competências. -----

É certo que o legislador quase só se preocupou em ressaltar as consequências do incumprimento por parte dos municípios, descurando praticamente tudo no que concerne ao incumprimento que viesse a ocorrer por parte do Ministério da Educação. Não descuremos que o legislador foi o governo, o que com as devidas cautelas nos “empurra” para a expressão “legislar em causa própria”, situação que mais não é do que um dos titulares do poder legislativo fazer normas em que os mesmos se beneficiam de alguma forma. Isso ocorreu no caso subjudice? Deixa-se as conclusões para os destinatários da presente informação. -----

No entanto, e salvo melhor opinião, o facto de não estarem plasmadas na lei as consequências do incumprimento contratual e as possibilidades de fazer cessar unilateralmente os seus efeitos, de modo algum quer dizer que esse direito está vedado ao município. -----

Houve de facto incumprimento contratual, quando um dos outorgantes à revelia do outro, estipulou ratios de pessoal para o funcionamento das escolas sem debater essa matéria com o outro outorgante; -----

Houve incumprimento das regras gerais dos contratos, quando um dos outorgantes, no mesmo dia da assinatura do contrato publica a portaria com os ratios em cima mencionados e no seu preâmbulo determina que: -----

...estabelecem-se os critérios e a fórmula de cálculo da dotação máxima de referência dos auxiliares de acção educativa e dos assistentes de administração escolar. Esta dotação máxima serve igualmente de referência para efeitos da determinação do valor das transferências do orçamento do Ministério da Educação para os municípios para pagamento das remunerações do pessoal não docente,... -----

Ora, o mesmo é dizer, as autarquias não ficam impossibilitadas de colocar mais pessoal do que o definido na portaria, mas, ... a responsabilidade dos encargos com esse mesmo pessoal é integralmente do município que envereda por esse caminho. -----

É neste contexto que se começa a registar a falta de “bondade” do contrato para o município, não pelo seu clausulado em si, mas sim por o que não estando expresso no articulado é defendido por parte do Ministério da Educação. -----

Outro exemplo flagrante desta desigualdade contratual consiste na questão da gestão do Parque Escolar. Por artigo expresso da norma legal, vide art.º 2.º n.º 1 al.d) do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, e por consequência, do próprio contrato, art.º 4.º, a gestão do Parque Escolar do 2.º e 3.º ciclos passam também a ser uma competência da autarquia. Para tal é definido no contrato a atribuição anula de 20.000€. Acontece porém que o conceito “gestão do Parque Escolar” de per si, não clarifica o alcance dessa mesma competência. Como é consabido no âmbito da gestão do parque escolar poderemos estar a falar apenas de obras de mera conservação ordinária, mas importa perceber que, à priori, daqui têm que ser afastadas as obras de conservação e manutenção resultante do desgaste e substituição de materiais e mais ainda as obras de beneficiação. -----

Num ato de boa-fé a autarquia esperava ver clarificadas estas questões no âmbito das competências que haveriam de ser atribuídas à Comissão de Acompanhamento consignada no art.º 5.º do contrato de execução... que ao longo da sua execução nunca chegou a ser constituída formalmente, quanto mais tomar posição sobre matérias de interpretação variada. -----

Foi pelas razões em cima anunciadas que a autarquia partiu para a cessação da validade do contrato, lançando mão daquele instituto jurídico que menos necessidades probatórias requeria, ou seja, a denúncia. -----

Importa pois, e mais uma vez, contextualizar a forma como pelo direito se chegou à denúncia, enunciado de forma clara e expressa o raciocínio inerente: -----

a) – Parece-nos pacífico o facto de que no contrato estão dois entes públicos, pelo que sem demais delongas, será consensual classificar o mesmo como um Contrato Administrativo, conforme estava previsto no n.º 1 do art.º 178.º do Código do Procedimento Administrativo, onde o legislador estipulava: -----

1 - Diz-se contrato administrativo o acordo de vontades pelo qual é constituída, modificada ou extinta uma relação jurídica administrativa.

Depois, no art.º 179.º do mesmo CPA, determinava o legislador: -----

Utilização do contrato administrativo

1 — Os órgãos administrativos, na prossecução das atribuições da pessoa colectiva em que se integram, podem celebrar quaisquer contratos administrativos, salvo se outra coisa resultar da lei ou da natureza das relações a estabelecer.

2 — O órgão administrativo não pode exigir prestações contratuais desproporcionadas ou que não tenham uma relação directa com o objecto do contrato.

Para concluir, estipulava o legislador no 186.º desse mesmo CPA, o seguinte: -----

Actos opinativos

1 - Os actos administrativos que interpretem cláusulas contratuais ou que se pronunciem sobre a respectiva validade não são definitivos e executórios, pelo que na falta de acordo do co-contratante a Administração só pode obter os efeitos pretendidos através de acção a propor no tribunal competente.
2 — O disposto no número anterior não prejudica a aplicação das disposições gerais da lei civil relativas aos contratos bilaterais, a menos que tais preceitos tenham sido afastados por vontade expressa dos contratantes.

Acontece porém que, à data da intenção de denúncia as normas legais em cima invocadas haviam sido revogadas com a publicação e entrada em vigor do Dec. Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que no seu art.º 14.º: -----

Artigo 14.º
Norma revogada

1 — São revogados:

...
c) O capítulo III da parte IV do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro;

Mas quis com isto dizer o legislador que abandonava estes conceitos em sede do ordenamento jurídico português? A resposta é clara e inequívoca, não! E não porque todas estas normas ficaram plasmadas no novo Código dos Contratos Públicos, para o qual se chama especial importância para os artigos 278.º, 279.º e 280.º que enunciam o seguinte: -----

Artigo 278.º
Utilização do contrato administrativo

Na prossecução das suas atribuições ou dos seus fins, os contraentes públicos podem celebrar quaisquer contratos administrativos, salvo se outra coisa resultar da lei ou da natureza das relações a estabelecer.

Artigo 279.º
Contrato como fonte da relação jurídica administrativa

Sem prejuízo do disposto no presente título em matéria de conformação da relação contratual, esta rege-se pelas cláusulas e pelos demais elementos integrantes do contrato que sejam conformes com a Constituição e a lei.

Artigo 280.º
Direito aplicável

1 — Na falta de lei especial, as disposições do presente título são aplicáveis às relações contratuais jurídicas administrativas.
2 — As disposições do presente título são subsidiariamente aplicáveis às relações contratuais jurídicas administrativas reguladas em especial no presente Código ou em outra lei, sempre que os tipos dos contratos não afastem as razões justificativas da disciplina em causa.
3 — Em tudo quanto não estiver regulado no presente Código ou em lei especial e não for suficientemente disciplinado por aplicação dos princípios gerais de direito administrativo, são subsidiariamente aplicáveis às relações contratuais jurídicas administrativas, com as necessárias adaptações, as restantes normas de direito administrativo e, na falta destas, o direito civil.

Fica pois bem expressa, e com pouca probabilidade de ser negada em sede de fundamentação, a possibilidade dos contraentes de contratos públicos fazerem uso das disposições de direito civil a título supletivo, para resolverem situações a que o contrato outorgado não dá resposta e o próprio CCP remete para o Código Civil. -----

b) — Dada como adquirida a validade do argumento utilizado em a), e uma vez que o contrato de execução reveste o carácter de anualidade, pelas razões jurídicas já em cima explanadas, socorreu-se o Município de Cuba da modalidade prevista na lei para fazer cessar por iniciativa extrajudicial de um dos contraentes o citado contrato. Para tal recorreu à denúncia, comunicando com pré-aviso a que de direito, a vontade de fazer a cessar o vínculo contratual, visando assim impedir a renovação do contrato por um novo período, estipulado como subsequente ao período contratual em vigor. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera tomar conhecimento formal do seguinte: -----

1.º - O Município de Cuba celebrou Contrato de Execução em matéria de transferência de Competências com o Ministério de Educação no passado dia 16 de setembro de 2008, tendo sido forçado a despoletar os mecanismos adequados para fazer cessar esse vínculo contratual, o que veio a ocorrer mediante a denúncia do contrato, que teve lugar a 29 de julho de 2010, tendo o outro outorgante, e todos os organismos que o representam, sido notificados com aviso prévio dessa mesma não renovação do vínculo contratual para o ano letivo 2010/2011; -----

2.º - As razões de facto da citada denúncia são detalhadamente apresentadas nos pontos 1.º a 15.º da presente explanação, mas que poderão ser sintetizados do seguinte modo: -----

2.1.º - Desacordo da autarquia com o ratio do pessoal não docente que veio a ser estipulado para os estabelecimentos de ensino público; -----

2.2.º - Divergência no que concerne às verbas a transferir anualmente para gestão do Parque Escolar; -----

2.3.º - Ausência absoluta de resposta por parte dos representantes do ME no que concerne à possibilidade de analisar e alterar os critérios em cima enunciados; -----

3.º - As razões de direito que sustentaram a posição inerente à denúncia são apresentadas nos argumentos enunciados nas alíneas a) e b) da presente informação, mas que podem ser sintetizadas do seguinte modo: -----

3.1.º - O vínculo entre as partes não operava "ope legis", isto é, por força da lei, mas sim de uma vontade discricionária de ambos os outorgantes, daí encontramo-nos numa situação de descentralização por via contratual, legitimada por lei, e não de uma descentralização de competências "stricto sensus", essa situação deu origem a um Contrato Administrativo; -----

3.2.º - Esse Contrato Administrativo face à "ratio legis" que o legislador lhe atribui no Dec. Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, tinha carácter de anualidade, devendo o mesmo considerar-se renovado automaticamente para o ano letivo subsequente, no silêncio das partes; -----

3.3.º - Pelas razões de facto em cima enunciadas o Município de Cuba em sintonia com as disposições insertas no Código dos Contratos Públicos e as respetivas remissões para a Lei Civil decidiu-se pela denúncia do vínculo contratual, inviabilizando desse modo a renovação automática desse mesmo contrato para o ano letivo 2010/2011;

4.º - Não existem razões de facto ou de direito para que o ME não reconheça esta denúncia, instituto jurídico que à posteriori até viria a ser recomendado aos seus associados pela ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----

5.º - Se esse for o seu entendimento, o Agrupamento de Escolas de Cuba deve fazer chegar a quem de direito os argumentos fundamentados pelos quais entende que um total de 24 auxiliares não são suficientes para a execução das suas competências quando tem num mesmo espaço alunos dos 3 aos 15 anos, pelo que a Portaria 1049-A/2008, deve ser revista no sentido de criar um regime mais condizente para Agrupamentos com estas características. A ser julgado adequado a autarquia deve cooperar com o agrupamento de escolas nesta missão relevante para toda a comunidade escolar concelhia; -----

6.º - No que ao Município de Cuba diz respeito, ao procedermos a uma aplicação dos ratios definidos na portaria em cima enunciada, chegamos aos seguintes resultados: Cabe à Câmara Municipal garantir a existência de dois auxiliares em Cuba, um auxiliar em Faro, um auxiliar em Vila Alva, e um em Vila Ruiva, num total de cinco auxiliares.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "H.M.", "SB.", and several illegible signatures.

6.1.º Por entender que os ratios em cima enunciados fazem muito pouco sentido, à data da presente informação a autarquia tem afetos ao Agrupamento de Escolas um total de onze auxiliares, independentemente do vínculo laboral, mais do dobro definido na lei, a que ainda acrescem mais cinco técnicos para as Atividades de Animação e Apoio à Família, vulgarmente designadas por AAAF, e destinadas ao pré-escolar e para a Componente de Apoio à Família, vulgarmente designados por CAF, destinadas ao 1.º ciclo, o que perfaz um número global de dezasseis trabalhadores. ----

21. MUNICIPIO DE VIANA DO ALENTEJO. AUTORIZAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE PENDÕES – 15.ª EDIÇÃO DA MOSTRA DE DOÇARIA EM ALCÁÇOVAS. -----

Solicita o Município de Viana do Alentejo, autorização para colocação de pendões, em Cuba, para divulgação do evento “15.ª edição da Mostra de Doçaria”, que decorrerá entre os dias 05 e 8 de Dezembro, em Alcáçovas. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 242/2014, da Subunidade Administrativa e acordo com o disposto na alínea ee) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, delibera autorizar a colocação dos pendões isentando do pagamento das taxas devidas. -----

22. FERNANDO JOSÉ LEITE NEVES BARATA. PEDIDO DE RELATÓRIO SOBRE FUNCIONAMENTO DE CONTADOR E RAZÕES DO CONSUMO EXAGERADO DE ÁGUA NA RUA NOVA, N.º 7, EM VILA RUIVA. -----

Requer o Sr. Fernando José Leite Neves Barata a elaboração de um relatório relativamente a um consumo excessivo de água no prédio sito na Rua Nova, n.º 7, em Vila Ruiva, e a possibilidade de se arranjar uma justificação para o sucedido de forma a solucionar o problema. -----

A Câmara, por unanimidade, atentos os factos que lhe foram presentes, nomeadamente os relatórios dos técnicos da autarquia, especialistas nesta matéria, não consegue encontrar fundamento para deliberar em sentido contrário. No entanto, por admitir que o consumo em causa é totalmente anómalo em relação ao que é o histórico do utilizador, delibera, em sede de direito de audiência dos interessados, conceder 10 dias úteis ao requerente, para, querendo, apresentar alegação escrita fundamentada que permita outro tipo de deliberação. -----

23. TESOIRO DA IGREJA MATRIZ. ACORDO COM A PARÓQUIA DE SÃO VICENTE DESTINADO ÀS DESPESAS COM O TÉCNICO DO NÚCLEO MUSEOLÓGICO – TESOIRO – DA IGREJA MATRIZ DE CUBA. RENOVAÇÃO EXCECIONAL PELO PERÍODO DE UM ANO. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 42/2014, do Chefe da DGM, relativamente ao acordo com a Paróquia de São Vicente de Cuba, que visa, sobretudo, a comparticipação do técnico que coordena o espaço museológico - Tesouro da Igreja Matriz, propondo a renovação excecional do referido acordo pelo período de um ano. - A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

1.º - Renovar por mais um ano o protocolo com a Paróquia de São Vicente com vista ao pagamento do técnico que está afeto ao museu Tesouro da Igreja Matriz; -----

2.º - Dar conhecimento à paróquia da intenção de efetuar um conjunto de reuniões no início de 2015 para que se possam clarificar e alterar os horários de funcionamento, aventar de uma eventual deslocalização do museu para outro bem do acervo patrimonial da paróquia e reforçar a interligação do projeto às atividades municipais

no âmbito da cultura e mesmo da educação. -----

24. ANTÓNIO MARIA RAMOS. PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES, REFERENTE A CONSUMO NO PRÉDIO SITO NA RUA VISCONDE DA ESPERANÇA, N.º 45, EM CUBA. -----

Solicita o Sr. António Maria Ramos, na qualidade de consumidor de água no prédio sito na Rua Visconde da Esperança, n.º 45, em Cuba, sendo titular do contrato de água a Sr.ª Bernardina Augusta Santana, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, em prestações mensais no valor de € 25,00, comprometendo-se a pagar simultaneamente a fatura do mês corrente. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação n.º 244/20414, da Subunidade Administrativa, delibera autorizar o referido pagamento em prestações atendendo a que a dívida totaliza € 153,99 e serão 6 as prestações a considerar. -----

25. MALACU ROMICA. PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES, REFERENTE A CONSUMO NO PRÉDIO SITO NA RUA MIGUEL BOMBARDA, N.º 16, EM CUBA. -----

Solicita o Sr. Malacu Romica, na qualidade de consumidor e titular do contrato de água no prédio sito na Rua Visconde da Esperança, n.º 45, em Cuba, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, em 2 prestações mensais, uma no valor de € 300, 00 e a outra com o restante valor. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação n.º 245/2014, da Subunidade Administrativa, delibera autorizar o referido pagamento em prestações atendendo a que a dívida totaliza € 422,14 e serão 2 as prestações a considerar. -----

OBRAS PARTICULARES. -----

DESTAQUE. -----

26 - DESTAQUE DE UMA PARCELA DE TERRENO AO ABRIGO DO N.º 4 DO ARTIGO 6.º DO RJUE. -----

Pretende-se proceder ao destaque de uma parcela com 8000m², a destacar do prédio urbano n.º 4025, da matriz predial de Cuba, propriedade do Município. -----

Para esse efeito, determina n.º 4 do artigo 6.º do RJUE, actualmente com a redacção do Decreto-Lei n.º 26/2010 de 30 de março que os actos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de um prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano, estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 01D/2014, dos Serviços de Urbanismo, verificando-se que as parcelas resultantes confrontam com o CM1008 a Poente e com a Circular externa a Sul e situam-se dentro do actual perímetro urbano, facto que é comprovado pela respectiva planta de enquadramento, havendo observância do disposto no n.º 4 do artigo 6.º do regime jurídico da urbanização e da edificação, actualmente com a redacção do Decreto-Lei n.º 26/2010 de 30 de março, delibera emitir a respetiva certidão de destaque. -----

PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA. -----

27 - RUI MANUEL GONÇALVES MENDES. PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA – RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CONSTRUÇÃO EXISTENTE – “ÁLAMO” - PRÉDIO N.º 18-L – CUBA. -----

Vem o requerente submeter a Informação Prévia a reconstrução e ampliação de construção existente no prédio acima identificado. A edificação existente de apoio agrícola, que possui carácter precário, foi construída sem licenciamento prévio; -----

A título prévio, e do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a **Planta de Ordenamento**, verifica-se estar o local inserido em **Áreas com Aptidão Agrícola Dominante e de Reserva Ecológica**; -----

De acordo com a **Planta de Condicionantes**, do mesmo plano, há interferência com solos de **RAN** (Reserva Agrícola Nacional) e de **REN** (Reserva Ecológica Nacional); -----

As acções não agrícolas em solos de RAN são objecto de parecer favorável da Comissão regional da reserva agrícola, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31-3, que estabelece o novo regime jurídico dessas áreas. -----

Para os solos de REN, há que ter em consideração o respectivo regime jurídico, actualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 180/2006 de 6 Setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 24/2014, dos Serviços de Urbanismo, delibera informar que para efeitos de deferimento do presente pedido de informação prévia e fixação das condições do posterior licenciamento, deverá ser despoletada a consulta à Comissão Regional da Reserva Agrícola e à CCDRA, nos termos do disposto no artigo 13.º do RJUE, cujo parecer é vinculativo. -----

28 - ALICE FRANCISCA SERRANO DAROEIRA GALO. PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA – CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO, ESTÁBULO, QUEIJARIA E ARMAZÉM “CANAS” – PRÉDIO N.º 74-L - CUBA. -----

Vem a requerente submeter a Informação Prévia a viabilidade de construção de uma habitação, estábulo, queijaria e armazém numa área de 3000m², no prédio acima identificado; -----

A título prévio, e do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a **Planta de Ordenamento**, verifica-se estar o local inserido em **Áreas com Aptidão Agrícola Dominante e de Reserva Ecológica** a Nordeste; -----

De acordo com a **Planta de Condicionantes**, do mesmo plano, há interferência com solos de **RAN** (Reserva Agrícola Nacional) e de **REN** (Reserva Ecológica Nacional); -----

As acções não agrícolas em solos de RAN são objecto de parecer favorável da Comissão regional da reserva agrícola, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31-3, que estabelece o novo regime jurídico dessas áreas; -----

Para os solos de REN, há que ter em consideração o respectivo regime jurídico, actualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 180/2006 de 6 Setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 32/2014, dos Serviços de Urbanismo, delibera informar que para efeitos de deferimento do presente pedido de informação prévia e fixação das condições do posterior licenciamento, deverá ser despoletada a consulta à Comissão Regional da Reserva Agrícola e à CCDRA, neste caso para efeitos de REN, nos termos do disposto no artigo 13.º do RJUE, cujo parecer é vinculativo, e ainda, no que concerne à pretensão inerente à queijaria convidar o requerente a apresentar elementos adicionais que permitam aferir da sustentabilidade

da pretensão ao abrigo da Legislação sobre Industria Responsável – SIR. -----

APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA. -----

29 - MARIA MARGARIDA CAEIRO VASCO. PROC.º 29/2013. -----

Reapreciação do processo de obras n.º 29/2013, referente à conclusão de construção de edifício destinado a Habitação unifamiliar, sito na Rua Dr. Egas Moniz, s/n.º, em Cuba. -----

A Câmara, por maioria, tendo-se ausentado a Sr.ª Vereadora Maria Margarida Vasco, dado ter interesse direto no objeto da deliberação, conforme o legislador determina através da alínea a) n.º 1 do art.º 44.º do CPA, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, delibera aprovar o projeto de arquitetura, devendo a requerente apresentar, no prazo de 6 meses, a contar da data da notificação da Câmara Municipal, os elementos constantes na referida informação. -----

DELIBERAÇÃO FINAL SOBRE O PEDIDO DE LICENCIAMENTO. -----

30 - VITOR MANUEL CABRITA LOPES FIGUEIREDO. PROCESSO N.º 22/2014. -----

Alteração e beneficiação de edifício sito na Rua de Beja, n.º 41, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, delibera aprovar o licenciamento fixando em 3 meses o prazo para execução da obra, de acordo com a calendarização apresentada. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----
Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12,50 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,



O Coordenador técnico

